



## A apropriação da educação ambiental pelo “capital verde”: estudo de caso dos projetos Mutirão de Reflorestamento e Hortas Cariocas no Morro da Formiga, Rio de Janeiro, RJ.

Lucas Neves da Cunha-UNIRIO

Celso Sanchez-UNIRIO

**Resumo:** A pesquisa parte de uma leitura da conjuntura internacional em relação à crise socioambiental gerada pelo “capitalismo tardio” no sentido da exaustão dos recursos naturais. A solução para a mesma, na perspectiva dos documentos sobre meio ambiente das conferências organizadas pelos organismos internacionais, é evidenciada revelando o interesse de expansão do capital internacional. A partir do histórico de urbanização da cidade do Rio de Janeiro é identificada a origem das favelas e as estratégias de ingerência do poder público neste território em consonância com o cenário mundial. O recorte da pesquisa é a política pública no Morro da Formiga, Rio de Janeiro, com foco nas ações da Prefeitura coordenadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, os Projetos Hortas cariocas e Mutirão de reflorestamento. Nesse contexto é observada a apropriação da educação ambiental como ferramenta de construção ideológica, utilizada para expropriar a mão-de-obra local e manter a ordem no corpo social.

**Palavras chave:** organismos internacionais, Mutirão de Reflorestamento, Hortas Cariocas.

**Abstract:** The research begins with a reading of the international situation in relation to the environmental crisis generated by the "late capitalism" in the sense of exhaustion of natural resources. The solution for this, in the perspective of the Documents of environmental conferences organized by international organizations, is evidenced revealing the interest of international capital expansion. From the urbanization history of Rio de Janeiro city the origin of favelas and the strategies of interference of the public power inside this territory in line with the world scenario is identified. The public policy in *Morro da Formiga*, Rio de Janeiro, is visit focusing on the actions of the Municipality coordinated by the Municipal Department of Environment, Projects *Hortas Cariocas* and *Mutirão de Reflorestamento*. In this context is observed the appropriation of environmental education as a tool for ideological construction, used to expropriate the local workforce and maintain order in the social body.

**Keywords:** international organizations, Mutirão de Reflorestamento, Hortas Cariocas.

### Introdução

A pesquisa constrói-se a partir da análise dos projetos Mutirão de Reflorestamento e Hortas Cariocas no Morro da Formiga, Rio de Janeiro, RJ. Apesar do recorte da pesquisa ter como objeto tais projetos desenvolvidos em determinada favela carioca, observou-se que estes ocorrem na cidade do Rio de Janeiro como um todo, ou seja, fazem parte de programas, conjunto de projetos, realizados como política pública pela prefeitura em todo o território municipal.

Esse tipo de iniciativa está vinculado à conjuntura internacional da crise ambiental, de maneira que é evidenciada, no decorrer da investigação, a ingerência dos organismos internacionais em tais medidas. Essa intervenção é destacada a partir da análise dos documentos internacionais sobre o meio ambiente.



As deliberações dos documentos internacionais se atêm a uma relação de disputa de interesses (OLIVEIRA, 2012). Os princípios determinados por elas enaltecem progresso e o desenvolvimento econômico, associando a pobreza e o subdesenvolvimento à crise ambiental, como ilustra a Proclamação 4 da *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano*: “Nos países em desenvolvimento, a maioria dos problemas ambientais estão motivados pelo subdesenvolvimento”.

Assim, como solução das questões ambientais, nasce o desenvolvimento sustentável, conceito que traz implícito uma política neoliberal, contribuindo para o “Novo Imperialismo” (HARVEY, 2006 apud OLIVEIRA, 2012). Esta teoria de Harvey dialoga com o conceito de países de capitalismo dependente, que são aqueles que têm sua classe dominante subordinada a elite burguesa dos países de capitalismo central (FERNANDES, 1975 apud FRIGOTTO, 2011).

Na Grécia, cinco anos após a Rio92, a Educação Ambiental, inserida como ferramenta no contexto da questão ambiental planetária, ganhou um novo nome e outro desafio paradigmático na *Conferência Internacional sobre Conscientização Pública para a Sustentabilidade* (1997), que definiu a década de 2005 a 2014 como a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*. Os governos, a partir daí, passaram a ter diretrizes a serem cumpridas neste período, que foram embasadas nos preceitos do capítulo 36 da Agenda 21 (SILVA, 2004).

A Agenda 21, documento internacional feito em 1992, estabelece diretrizes a serem praticadas em todos os países durante o decorrer do século 21 com finalidade de reduzir a pobreza, a taxa de analfabetismo e a crise socioambiental em nível global. O capítulo 36 da Agenda 21 do Brasil tem o objetivo da “Promoção do Ensino, da Conscientização e do Treinamento” e expressa valores fundamentais utilizados nos projetos socioambientais pesquisados evidenciando a instrumentalidade da educação ambiental para o sucesso desse modelo de projeto. O documento tem uma linha de abordagem principalmente pragmática, no sentido de conscientizar a população sobre o desenvolvimento sustentável, promovendo valores morais e incentivando ações locais de cidadania e de comportamento sustentável<sup>1</sup>.

O trabalho investigou a apropriação da educação ambiental pelo poder público como ferramenta de legitimação e motivação de pessoal para os projetos Mutirão de Reflorestamento e Hortas Cariocas. Estes refletem o interesse hegemônico explícito no cenário internacional por meio de um discurso ideológico.

Através da ideologia, são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal.[...](CHAUÍ, 1981, p. 21-2).

Desta forma é revelado como a dimensão da desigualdade social e da concepção preservacionista da natureza motivam a sociedade atuar de forma empreendedora com objetivo a construção de uma cultura cívica para suprir a ausência do Estado,

como forma de alívio da pobreza, inserção das comunidades e indivíduos mais “vulneráveis” às dinâmicas do mercado nas esferas da produção e do consumo, de contenção de tensões sociais e políticas e de “conformação da vontade. (MOTTA, 2011).

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/c36a21.pdf> acesso em 20/06/2015.



O modelo desenvolvimentista vigente, devido à exaustão da exploração dos recursos naturais e sociais, levou a política mundial a focar nas questões ambientais, que é uma consequência do capitalismo tardio (FRIGOTTO, 2011).

trata-se mais propriamente de uma crise de reprodução do capital do que um estágio de desenvolvimento, uma vez que o crescimento do consumo (e, portanto, da produção) tornar-se-ia insustentável pela exaustão dos recursos naturais (MANDEL, 1972 apud FRIGOTTO, 2011, p. 19).

Nesse estágio do capitalismo a motivação ideológica para a superação da crise ambiental, diretamente ligada ao “subdesenvolvimento” e a pobreza criada pelo projeto de sociedade globalizada, vem como instrumento de estabilização da ordem social, que é evidenciado no escopo dos projetos socioambientais da Prefeitura do Rio de Janeiro.

### **O Projeto de Mutirão de Reflorestamento**

O atual projeto Mutirão de Reflorestamento teve origem com a Operação Mutirão de 1960 vinculado ao Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA), que tinha objetivo impedir novas construções nas favelas e posteriormente passou a ser o projeto Mutirão da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS), em 1984, e limitava-se à implantação de rede de esgoto e pavimentação em comunidades de baixa renda, utilizando mão-de-obra local voluntária (FONTES & COELHO, 1989).

Com o decorrer do projeto, a Prefeitura constatou que o tempo oferecido pelos moradores para o trabalho voluntário não seria suficiente para a execução de um trabalho eficiente, rápido e de boa qualidade. Dessa maneira, adotou-se o plano de mutirão remunerado, e a mão de obra local passou a ser contratada pela Prefeitura (FONTES & COELHO, 1989).

Segundo o IBGE (2010), na década de 60 o Brasil era um país agrícola com uma taxa de urbanização de apenas 44,7% e 40 anos depois a população urbana já representava 84,4% consequência da revolução industrial. As consequências desta mudança abrupta reflete na organização sócio espacial do território, originando as favelas, ambientes considerados marginais, o que sugere um centro a ser alcançado não apenas espacial, mas também comportamental (FREIRE, 1980). As favelas são lugares invisibilizados e desde seu surgimento são encaradas como uma questão a ser combatida, civilizada e educada através de projetos sociais (FONTES & COELHO, 1989).

Apesar de sua longa permanência na cidade, até 1984 a favela não é reconhecida *de jure*, ainda que exista *de facto*. Consequentemente ela está ausente de mapas, relatórios e documentos oficiais (exceção feita ao plano Agache) que insistem em negar sua existência, talvez na esperança de que ela desaparecerá por obra e arte do acaso (ABREU & VAZ, 1991, p. 481).

Devido à emergência do cenário da cidade do Rio de Janeiro frente às ocupações desordenadas no maciço da Tijuca somado aos deslizamentos e as pressões sobre o bioma Mata Atlântica, as áreas das favelas consideradas de risco passam a ser desocupadas visando a conservação da natureza (SALGADO, 1998), de modo a negligenciar as questões sociais dessas ocupações. Assim, o Estado passa a investir no plantio de mudas arbóreas nas áreas consideradas de risco, utilizando a mão de obra local (SALGADO, 1998) e desta maneira nasce o projeto Mutirão de Reflorestamento.



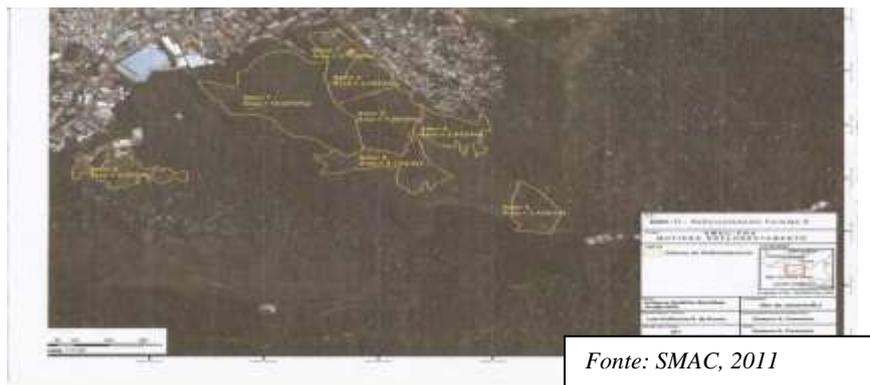
Em 1986 as equipes locais passaram a ser utilizadas para recuperar áreas de encosta degradadas, com o principal objetivo de prevenir deslizamentos (ABREU, 1992). Com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro (SMAC), em 1994, o Projeto Mutirão é transferido para a mesma. A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro considera o Mutirão de Reflorestamento como um Programa de Inclusão, que tem como finalidade:

reduzir os danos e riscos causados pela ocupação desordenada por meio do plantio de novas mudas em áreas degradadas[...] o programa aumenta a oferta de trabalho local, recrutando agentes da própria comunidade, em sistema de mutirão remunerado (Catálogo dos Programas de Inclusão, p. 25).

A remuneração dos encarregados das equipes de Mutirão era de 3,2 salários mínimos e dos trabalhadores de 1,5 salários mínimos, segundo a cartilha “As florestas preservando a cidade”, de 2000. A remuneração é feita por meio de uma bolsa, sem qualquer direito trabalhista, revelando o caráter precário de vínculo da Prefeitura com a mão de obra.

O mapa a seguir ilustra as áreas destinadas para o programa de reflorestamento da Prefeitura no Morro da Formiga. É interessante perceber que área somada dos setores para reflorestamento é maior que a área ocupada pelas construções civis da comunidade.

**Área destinada ao reflorestamento de 47 ha divide em oito setores.**



Fonte: SMAC, 2011

Na entrevista concedida pelo Sr. Francisco que foi encarregado de uma das equipes do Mutirão de Reflorestamento no Morro da Formiga é problematizada as condições de trabalho e a logística do mesmo. Ele conta que o território do reflorestamento é muito abrangente e que as mudas eram transportadas no braço pelos trabalhadores. A rega também foi uma questão apontada, pois a água era transportada em baldes, já que não há fonte de água encanada no interior das áreas de reflorestamento.

Trabalhei no reflorestamento durante 12 anos, comecei em setembro 1997 até junho 2009 [...]A prefeitura, ela tem vários lugares ai de viveiro de mudas, então ela mandava por exemplo um caminhão com 2400 mudas, nesse dia a turma não subia porque tinha que descarregar as mudas aqui embaixo[...] Eles só pagam serviço feito lá; é roçada, é poda, é plantio, agora transporte de muda eles não pagam a gente não[...] é muito sacrifício, eles ficavam prometendo pra gente assinar a carteira do pessoal, mas assinava nada, ai vinha deputado dizendo que ia assinar e nada[...].

No depoimento do Senhor Francisco, fica claro a exploração da mão de obra local pela Prefeitura. O poder público se apropria da pobreza estrutural gerada pela



lógica do capital para expropriar a mão-de-obra local sem garantir direitos trabalhistas (MOTTA, 2011).

Em 2009 com a publicação da resolução conjunta entre a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Urbanismo o projeto Mutirão de Reflorestamento passou a ter função de compensação ambiental para a construção civil no município.

Art. 1º As licenças de construção de edificações concedidas pela Secretaria Municipal de Urbanismo – SMU a partir da data de publicação da presente Resolução Conjunta deverão considerar a compensação das emissões de gases do efeito estufa oriundas das referidas construções através do fornecimento de mudas de espécies arbóreas à Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMAC. (RIO DEJANEIRO, 2009)

Em 2013, o projeto foi incorporado ao Programa de Baixo Carbono do Rio de Janeiro, lançado pelo Banco Mundial e a Prefeitura durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+20. O programa tem como objetivo avaliar o impacto no clima através dos créditos de carbono gerados pela iniciativa e dessa maneira alcançar a meta do projeto Rio Capital Verde (ONU, 2013).<sup>2</sup>

Uma característica marcante no Projeto Mutirão de Reflorestamento em todo seu histórico é a expropriação da mão-de-obra local das populações carentes. Resumindo:

#### **Tabela Resumo Histórico do Projeto Mutirão de Reflorestamento**

Nome e data	Objetivo	Regime de trabalho e tipo da mão de obra	Órgão responsável
Operação Mutirão - 1960	Impedir novas construções nas favelas e urbanização	Mutirão voluntário/ Local	Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas - SERFHA
Projeto Mutirão - 1984	Urbanização e saneamento	Mutirão voluntário e remunerado/ Local	Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS
Projeto Mutirão - 1986	Plantio de mudas arbóreas em áreas de risco	Mutirão remunerado/ Local	Secretaria de Desenvolvimento Social - SDS
Projeto Mutirão de reflorestamento - 1994	Mecanismo de compensação ambiental e de crédito de carbono	Mutirão remunerado/ Local	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

<sup>2</sup> Disponível em <http://nacoesunidas.org/banco-mundial-e-prefeitura-do-rio-de-janeiro-ampliam-reflorestamento-nos-morros-da-cidade/> acesso em 20/10/2015.



*Crédito: Lucas Neves da Cunha*

O projeto, dessa forma, corrobora para “paz” da ordem social, através de uma construção assistencialista às comunidades carentes e expropria a mão-de-obra, ao se aproveitar da pobreza estrutural gerada pelo capital, oferecendo condições de trabalho sem segurança jurídica e proteção trabalhista. Com essa estratégia, o reflorestamento se transforma em um objeto quantificável de crédito e sequestro de carbono eficiente, devido ao baixo custo da mão-de-obra, de modo que a iniciativa do Banco Mundial em parceria com a Prefeitura gera uma economia virtual que beneficia o interesse econômico financeiro hegemônico.

## **Histórico do uso da terra e o Projeto Hortas Cariocas no Morro da Formiga**

O Morro da Formiga foi inicialmente ocupado em 1911 por imigrantes de Alemanha e Portugal, mas teve essa ocupação de seu território intensificada entre as décadas de 1940 a 1960 com os loteamentos das encostas do Morro (CUNHA, 2006). Os moradores, em sua maioria, eram migrantes vindos principalmente de Minas Gerais e Espírito Santo. Estas famílias trouxeram consigo modos de vida e hábitos rurais.

Dona Maria de Lourdes descreve como era a casa onde morou na Formiga: “era uma casa muito boa, tinha um terreno do lado de cá e um do lado de lá. E meu pai plantava antes. Tinha cabrito, tinha galinha, plantava milho e plantava mamão, comíamos mamão à beça, tinha muito mamão” (BRASIL, 2015, p.40). Dona Nilza conta, que:

tem coisa que a gente não comprava. Eu custei a entender que tinha de comprar banana! Eu custei a entender que tinha de comprar abacate, isso é um absurdo! Limão, laranja, mandioca, manga, abóbora! (BRASIL, 2015, p.40).

Pelos depoimentos observa-se uma mudança de hábito em relação ao cultivo da terra e a prática da subsistência. Provavelmente, essa alteração de uso da terra pode ser explicada pela transformação dos valores econômicos ligados ao território. A agricultura das áreas periurbanas no Rio de Janeiro também sofreram algumas mudanças (BICALHO, 1992). Apesar do Morro da Formiga não ser uma região considerada periurbana, está ligada a questão agrícola no município, já que seus moradores têm origem da região rural do Espírito Santo e de Minas Gerais, principalmente.

O estudo visitado que tem como objeto as zonas periurbanas do Rio aponta que para o entendimento da agricultura metropolitana é necessária uma visão ampla entendendo os aspectos rurais e urbanos (BICALHO, 1992). A prática é feita pelo agricultor que depende de um contexto político favorável para que seu trabalho seja rentável. Devido à especulação imobiliária urbana causada pelo período de industrialização outras variáveis passaram a determinar o valor da terra, a agricultura passa a ser deixada à margem econômica, devido à valorização de imóveis e terrenos para construção civil imobiliária (BICALHO, 1992).

A Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro implementou o Projeto Hortas Cariocas nas comunidades Pacificadas da cidade. O projeto tem como objetivo através do incentivo ao cultivo de hortaliças fomentar a produção de alimentos orgânicos com preço acessível às comunidades que estão inseridas. No caso da Formiga, a produção do Hortas Cariocas atende as Creches Municipais Raul Gazola, Tia Bela e a Escola



Municipal Jornalista Brito Broca (SMAC, 2012)<sup>3</sup>. “Os alunos visitam com frequência as hortas, aprendem sobre alimentação saudável, plantam e colhem o seu próprio alimento.” (SMAC, 2012)<sup>4</sup>.

O projeto é financiado pelo “fundo de conservação ambiental que é abastecido por uma série de fontes como royalties do petróleo e multas. Além disso, a SMAC tem a dotação orçamentária que vem do gabinete do prefeito segundo a distribuição do orçamento na Câmara Municipal” (O’REILLY, 2014, p.39). A comunidade já possuía o hábito de plantar e cuidar da terra devido às suas raízes rurais. Dessa forma, a problematização do projeto vem da apropriação da mão de obra local e de seus hábitos para a promoção da imagem da Prefeitura.

O projeto utiliza como argumento a interação das crianças com a horta, porém, como foi evidenciado nas entrevistas, o cultivo da terra já está presente no modo de vida dos ancestrais das mesmas. Portanto, qual será o verdadeiro interesse da Prefeitura? Empoderar a população local ou fomentar a agricultura urbana como forma de aliviar a pobreza e conservar as relações sociais pré-existentes através de um discurso ecologicamente correto e humanitário? Visitando uma pesquisa sobre o projeto Hortas Cariocas foram evidenciados os seguintes objetivos:

Ele aposta na estratégia do desenvolvimento socioeconômico local a partir da capacitação da população carente em comunidades que possuam áreas passíveis de se implantar e gerir hortas urbanas e comunitárias, reduzindo os índices de ocupação irregular de terrenos ociosos, elevando os níveis de inclusão social e oferecendo o direito humano básico a uma alimentação saudável e de qualidade, livre de transgênicos (O’REILLY, 2014, p.35).

Observa-se um caráter assistencialista de mitigação da pobreza causada devido à organização estrutural da sociedade. Segundo o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONSEMAC:

f) Programa Hortas Cariocas coordenado pela SMAC, cujos objetivos são: I) Incrementar a produção rural, com base nas relações comunitárias e familiares; II) gerar renda e postos de trabalho nas comunidades circunvizinhas às áreas de atuação do projeto; III) privilegiar a agricultura orgânica; IV) Proporcionar às famílias em situação de vulnerabilidade nutricional uma alimentação mais saborosa, saudável, diversificada, econômica e rica em nutrientes; V) Valorizar a participação da comunidade na agricultura urbana de forma a manter sua operação sustentável; e VI) Desenvolver o projeto Escolas Municipais, de forma que o produto da colheita possa ser utilizado como complementação da merenda escolar, e utilização do espaço cultivado na educação agroambiental; (Ata da 90ª Reunião Ordinária do CONSEMAC, p. 5).

Analisando a metodologia de implantação do projeto, foi identificado que, a equipe de horticultores do “Hortas Cariocas” é formada pela mão de obra local. O regime de trabalho é de 8h às 17h de segunda a sexta, com revezamento para regar durante os finais de semana e a remuneração é uma bolsa de 380 reais para os membros

---

<sup>3</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas>

<sup>4</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/web/smac/hortas-cariocas>



da equipe e 480 reais para o encarregado que também possui a função de coordenação e de administração (O'REILLY, 2014).

A equipe é formada por membros da comunidade que tenham interesse em trabalhar e que preferencialmente já possuam algum conhecimento sobre plantio (O'REILLY, 2014). A utilização da mão de obra local é problemática no sentido de não serem garantidos direitos trabalhistas e a bolsa de remuneração ser menor que um salário mínimo, além do agravante das 45 horas semanais somadas às horas de revezamento do final de semana. A política pública da implementação de hortas comunitárias, apesar de apresentar um discurso integrador de inclusão social, na verdade, utiliza da exploração da mão de obra local, desvalorizando os trabalhadores e o seu tempo de trabalho e ainda ganhando uma contrapartida a promoção da imagem da Prefeitura com o discurso sustentável. Ações como esta lesam o patrimônio público e estimulam meios de enfraquecer as relações de trabalho, gerando uma menor arrecadação previdenciária e causando um contingente populacional que gerará posteriormente encargos sociais para o Estado, de modo que a longo prazo não é uma estratégia inteligente de gestão.

## **Conclusão**

A pesquisa concluiu que para a superação da crise sistêmica gerada pelo capitalismo tardio, os organismos internacionais, através dos eventos sobre meio ambiente, direcionaram estrategicamente a governança ambiental global de acordo com o interesse hegemônico dos países imperialistas. Os acordos internacionais construíram, através do discurso hegemônico e de um discurso ideológico, um cenário político em que se formaram as práticas socioambientais.

Identificou-se que a solução da crise social e ambiental para os organismos internacionais é embasada em uma abordagem pragmática, apostando em soluções técnicas e científicas que só são possíveis com o desenvolvimento. Deste modo, incorpora-se a ideologia de sustentabilidade ao crescimento econômico e ao progresso.

A partir desta visão global, visitamos o efeito local da industrialização na cidade do Rio de Janeiro. Assim, identificamos os efeitos da transição acelerada do modo de vida da população brasileira que foi predominantemente rural até 1960 e passou a ser quase completamente urbana a partir deste período. A consequência desta transição acelerada na cidade do Rio de Janeiro foi o aparecimento da pobreza, das condições insalubres da cidade e, com as remoções, as favelas.

Através da análise crítica dos projetos Mutirão de Reflorestamento e Hortas Cariocas, verificou-se que ambos se apropriam de um discurso ideológico inclusivo e de conservação ambiental. A metodologia para a implantação dos mesmos é, principalmente, pelo recrutamento da população local em condição de pobreza por meio de mutirão remunerado, assim os trabalhadores ganham uma bolsa pelo trabalho de tempo integral. As condições vulneráveis da população de baixa renda e a falta de serviços públicos disponíveis para a mesma são utilizadas como forças motivadoras para recrutar mão de obra local barata em condições precárias, sem direitos trabalhistas, tendo como ideologia motivadora os valores de uma educação ambiental conservadora, no sentido de conservar a ordem social vigente.



## Referências

- ABREU, M. A. A cidade, a montanha e a floresta. In: ABREU, M.A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.
- ABREU, M.; VAZ, L. F. Sobre as origens da favela. In: Encontro Nacional da ANPUR, 4, 1991 *Anais...* p.481-492, Rio de Janeiro, 1991.
- BICALHO, A. M. S. M. Agricultura e Ambiente no Município do Rio de Janeiro. In: ABREU, M.A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.
- BRASIL, L. S. C. A. *Uma História Ambiental da comunidade da Formiga, Zona Norte do Rio de Janeiro: apropriação e autogerenciamento de recursos naturais*. Trabalho de Conclusão de Curso da Escola de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.
- CHAUÍ, M. S. CRÍTICA E IDEOLOGIA, Filosofia e Sociedade, SEAF (Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas), Rio de Janeiro, 1977. In: CHAUÍ, M. S. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Ed. Moderna, 1981.
- CONFERÊNCIA INTERNACIONAL SOBRE CONSCIENTIZAÇÃO PÚBLICA PARA A SUSTENTABILIDADE, Grécia: Thessaloniki, 1997. *Declaração de Thessaloniki*. Grécia: Thessaloniki, 1998.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE HUMANO, Suécia: Estocolmo, 1972. *Declaração de Estocolmo*. Suécia: Estocolmo, 1972.
- REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, 90, 2015, Rio de Janeiro. *Ata...* Câmara técnica de políticas ambientais, Rio de Janeiro, 2015.
- CUNHA, N. V. *História de Favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas*. Rio de Janeiro: Ed. IBASE e Agenda Social Rio, 2006.
- FONTES, Â. M. M.; COELHO, F. D. *Urbanização de Favelas e o Projeto Mutirão-Solução ou Problema?* Rio de Janeiro, 1989.
- FREIRE, P. *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- FRIGOTTO, G. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana G. de (Org.). *As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições*. Juiz de Fora: UFJF, 2011.
- MOTTA, V. C. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismo de alívio à pobreza. In: ANDRADE, Juarez de; PAIVA, Lauriana G. de (Org.). *As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições*. Juiz de Fora: UFJF, 2011.



OLIVEIRA, N.D. A Conferência do Rio de Janeiro – 1992 (Eco-92): Reflexões sobre a Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6, 2012. Belém, *Anais...* Belém: Associação Nacional de Pós Graduação e pesquisa em Meio Ambiente e Sociedade, 2012.

O'REILLY, É.M. *Agricultura Urbana – Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro*. Monografia. Curso de Engenharia Ambiental. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola Politécnica, 2014.

SALGADO, S. Mutirão de reflorestamento. In: FUJIWARA, L. M.; ALESSIO, N. L. N.; FARAH, M. F. S. (orgs), *Experiências de Gestão Pública e Cidadania*, 20, 1998.

SILVA, M. Prefácio. In: LAYRARGUES, P. P. (coord.). *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

RIO DE JANEIRO (município). *Catálogo de programas de inclusão da prefeitura*. Instituto Pereira Passos Rio de Janeiro: catálogo, 2014.

RIO DE JANEIRO (Município). Resolução Conjunta Secretaria Municipal de Meio Ambiente/ Secretaria Municipal de Urbanismo nº 14 de 30 de outubro de 2009. Regulamenta o Decreto nº.31.180, de 30 de setembro de 2009, que dispõe sobre a compensação das emissões de gases do efeito estufa durante a construção das edificações licenciadas pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. *Diário oficial do município do Rio de Janeiro*, 2009.